

# O parlamentarismo ou governo coletivo para abrandar o poder pessoal

## Declarações do sr. Raul Pilla ao "Correio da Manhã"

Tem provocado as mais variadas apreciações o entendimento realizado entre os partidos Libertador e Trabalhista, do Rio Grande do Sul, para o efeito de implantar o regime parlamentar no Estado. A respeito desse acontecimento político, o deputado Raul Pilla, chefe do Partido Libertador, fez ao "Correio da Manhã" as seguintes declarações:

— "Tada mais simples, mais claro, mais cristalino. Um dos pontos fundamentais do programa do Partido Libertador foi sempre a instituição de um governo coletivo e responsável e por ele deveríamos pugnar sempre que a ocasião se apresentasse. A ocasião verdadeiramente adequada e que, uma vez perdida, não se sabe quando se poderia apresentar novamente, é, evidentemente, a da reunião de uma Assembléa Constituinte. Qual é a sua finalidade? Elaborar uma Constituição. E, tratando-se de elaborar uma Constituição, a quem nos deveríamos reunir para o intento, aos que se dispõem a sustentar os nossos princípios, ou, pelo contrário, aos que os impugnem? Lutamos ao lado da U.D.N. do Rio Grande nos dois pleitos passados; poderíamos, porém, estar a seu lado na Assembléa Constituinte, se esta, sem nenhuma justificação no seu programa, que não cogita de regimes, e sufocando até a opinião de muitos dos seus membros, fechou a questão em torno do presidencialismo? Poderíamos formar ao lado do P.S.D., que, apesar de contar caracterizados parlamentaristas em seu seio, nenhuma disposição mostrava para abrandar o poder pessoal, que sempre combatemos? Claro é que, a não ser que nos quiséssemos condenar á inação, á renúncia, deveríamos acercar-nos dos que estivessem dispostos a sustentar os mesmos princípios.

Além desta razão geral, outra existe de importancia mais imediata: com a atual composição de forças no Rio Grande, é impraticável o regime presidencial, por não dispor o governador de maioria na Assembléa Legislativa. Ele só poderá governar eficientemente e legalmente, na medida em que o permitirem os partidos adversos. E' a esta situação anomala e delicada que se pretende dar o remedio, com o sistema de governo coletivo e responsável. O maior beneficiado será, justamente, o governador, se retas são as suas intenções."

A objeção de que, precisamente, se trata de um golpe contra o governador eleito e de querer transformar uma vitória, numa derrota, o sr. Pilla respondeu:

— "Esta objeção é um expressivo índice da confusão reinante nos espiritos. Em primeiro lugar, o sr. Walter Jobim não foi eleito para exercer um cargo de atribuições já definidas, mas de atribuições que iriam ser soberanamente definidas pela Assembléa Constituinte. Com esta reserva foi eleito o sr. Eurico Gaspar Dutra e foram eleitos posteriormente todos os governadores. Como, pois, falar em golpe, ou usurpação? Suponhamos que, em vez do sr. Walter Jobim, houvesse sido eleito o sr. Décio Martins Costa, parlamentarista e candidato do Partido Libertador e da U.D.N. Pois bem: não creio que alguém tenha o direito de supor que, em tal caso, o Partido Libertador não envidasse igualmente todos os esforços para instituir um sistema de governo responsável e coletivo. Dir-se-ia então que nós, libertadores, estaríamos desfechando um golpe contra o nosso próprio governador?"

Como vê, os males causados por meio século de presidencialismo, isto é, de governo pessoal, são muito mais graves e profundos do que se poderia supor. O movel supremo é sempre o poder e do exercicio do governo se fala, como se fôra o gozo de um bem particular. Esta é a lamentavel deformação da mentalidade que entre nós se produziu."

E' quanto á falta de sinceridade dos trabalhistas, que nunca fizeram profissão de fé do parlamentarismo, disse o deputado libertador:

— "Não serel eu quem negue que, se bem haja entre eles antigos parlamentaristas, não seja identica á dos Libertadores a posição dos Trabalhistas nesta questão. E' de supor que os move, principalmente, o desejo de cercar o poder pessoal do governador cuja candidatura combateram. Mas, que desejamos nós, também? Cercar o poder pessoal do atual governador e, mais, de todos os governadores que se sucederem, e não só dos go-

vernadores, senão também dos presidentes da Republica.

E', pois, natural que nos acerquemos agora dos trabalhistas, parlamentaristas recentes — concedamo-lo — mas pelo menos tão sinceros quanto os outros parlamentaristas, aos quais, por haverem elegido o governador, já não interessa o parlamentarismo."

O que maiores reparos suscita a coligação P.L.-P.T.B. é tratar-se do partido do sr. Getulio Vargas e importar em prestigiar o antigo ditador entrar em quaisquer combinações com o seu partido. A isso, declarou o sr. Pilla:

— "Se o sr. Getulio Vargas tem um partido, e partido cuja força se teme, a culpa não é nossa, senão dos que, em 29 de outubro, não deram ao sr. Getulio Vargas o destino ordinariamente reservado aos ditadores decaídos. E convém não esquecer, também, que o sr. Walter Jobim pleiteou insistentemente o apoio do sr. Getulio Vargas á sua candidatura. E convém não esquecer também que, acordos eleitorais, em torno de cargos, e não simples entendimentos parlamentares em torno de princípios, fizeram com o Partido Trabalhista, nos Estados, todos os demais partidos, a começar pela U.D.N. E, ainda agora, no Rio Grande do Sul, varios são os municípios em que tanto o P.S.D., como a U.D.N. entraram em combinações com o P.T.B. para os proximos pleitos municipais. Um caso é bastante expressivo: num dos poucos municípios em que venceu o Brigadeiro, aliaram-se o P.S.D., o P.T.B. e a U.D.N. contra o P.L., a sua maior força eleitoral e politica. E sómente nós, Libertadores, é que havemos de ser a pe-

dra do escandalo? Nós, que nos batemos por um princípio, e não os outros, que se batem por posições?

Não compreendo, também, a surpresa manifestada á imprensa pelo sr. Flores da Cunha, quando ao "entendimento estabelecido entre os libertadores e a gente do sr. Getulio Vargas". Ninguém me dá do que ele se poderia manifestar com tal gesto. Com efeito, em 1936, Libertadores e Republicanos, de um lado, constituindo a chamada "Frente Unica", e o sr. Flores da Cunha, do outro, com o Partido Liberal, que era tambem o Partido do sr. Getulio Vargas no Rio Grande, celebraram um "modus-vivendi", apesar da funda separação até então existente. Para mais acentuar a semelhança entre as duas situações, a de 1936 e a de 1947, parte essencial do pacto era a instituição de um governo coletivo...

Não voltemos ao ponto. Não será, evidentemente, um governo parlamentar, em vez de presidencial, o que dará força ao Partido Trabalhista, ou ao seu chefe. Tal partido não tem maioria absoluta na Assembléa e, quer no regime presidencial, quer no parlamentar, nada poderá fazer por si. E, o dia que ele conseguir tal maioria, será por si só governo: governo todo-poderoso no regime presidencial; governo sujeito a eficazes freios e contrapesos no regime parlamentar. Esta é a pura verdade.

Agora, quanto á idiosincrasia pelo sr. Getulio Vargas, que sómente depois dele decaído, se manifesta em alguns espiritos, direi que nenhum homem publico, neste país, combateu o antigo ditador com maior continuidade, perseverança e coerencia, do que eu."